UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU"
PROJETO A VEZ DO MESTRE

O DEFICIENTE VISUAL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Por: Michel Habib Monteiro Kyrillos

Orientador
Prof.ª. Mary Sue Pereira

Rio de Janeiro

2005

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES
PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
PROJETO A VEZ DO MESTRE

O DEFICIENTE VISUAL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Apresentação de monografia à Universidade Candido Mendes como condição prévia para a conclusão do Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em educação inclusiva.

Por: . Michel Habib Monteiro Kyrillos

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À Deus por realizar o meu trabalho de educador com os portadores de necessidades especiais.

DEDICATÓRIA

Dedico:

Ao grande amor da minha vida, a quase doutora Liamara Perin, pelo amor, dedicação e apoio me dado nesses 7 anos e 4 meses de convivência

Ao meu pai, que devido a circunstancias da vida, se tornou um deficiente físico, demonstrando uma garra e determinação para superar as dificuldades encontradas na vida.

RESUMO

Estamos vivendo uma nova fase da educação. e hoje, mais do que nunca, o portador de necessidade educativa especial(ou deficiência) tem finalmente a garantia do seu direito constitucional ao acesso à educação, saúde e moradia. Isto devido a várias leis e decretos-lei em favor à pessoas portadoras de deficiências como, por exemplo a lei 9394/96, LDBN, a lei 7853/89 ,política de integração da pessoa portadora de deficiência, a lei 10098/00, que estabelece normas gerais à acessibilidade das pessoas portadoras com deficiência ou com mobilidade reduzida, e outras leis, decretos , portarias que foram regulamentadas pelos governos federal, estaduais ou municipais nos últimos 20 anos em favor ao portador de necessidade educativa especial.

Para se realizar a inclusão de portadores de necessidade educativa especial não é somente colocá-lo numa classe regular. Na inclusão, o portador de necessidade educativa especial não irá adaptar-se a escola, e sim, a escola lhe trará condições pedagógicas e estruturais para que ele a freqüente. Infelizmente , nossa sociedade é muito excludente. Assim, para que a inclusão se concretize numa escola, deve haver uma conscientização bem ampla com as outras crianças, a famílias destas, e também , o conhecimento da deficiência daquela criança a ser incluída na escola, no caso, a criança cega.

Este trabalho está dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo faremos uma introdução de como a Educação Física poderia ser realizada na escola num modelo de inclusão. No 2º, iremos conhecer um pouco sobre os outros portadores de deficiência, como também o deficiente visual. Neste capítulo, colocaremos algumas dicas de como lidar com eles na escola, na sociedade e no dia-a-dia. No último, entraremos no estudo do desenvolvimento psicomotor do deficiente visual e como este deficiente visual é inserido numa escola inclusiva e suas dificuldades, estando esta junto com outros alunos videntes.

METODOLOGIA

Foi procurado, na realização deste trabalho realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto em estudo.

Na elaboração deste trabalho, encontramos uma certa dificuldade em achar trabalhos concisos sobre a relação entre a Educação Física, Inclusão e deficiência visual. Nossa primeira fonte de pesquisa foi a internet, onde em sites de instituições de apoio ao deficiente visual em busca de artigos referentes ao assunto. Sites como o do SACI (www.saci.org.br), ENTREAMIGOS (www.entreamigos.com.br), SOBAMA (Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada- www.sobama.org.br), Instituto Benjamin Constant (www.ibc.gov.br), Boletim Educação Física (www.boletimef.org.br), www.deficienciavisual.org.br nos trazem trabalhos e artigos atualizados referentes a área de Educação Física, Educação Inclusiva e Deficiência Visual.

Numa fase seguinte, a de elaboração e escrita, foi recorrido a consulta em livros e artigos impressos atualizado. A partir daqui, buscamos a relação entre a experiência profissional e os trabalhos lidos e consultados, para que o trabalho seja o mais próximo da realidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 08

CAPÍTULO I - Um paradigma na Educação Física: a Inclusão 10

CAPÍTULO II. - Conhecendo um portador de Necessidade Educativa Especial: o deficiente visual 15

CAPÍTULO III.- O deficiente visual e o seu desenvolvimento psicomotor e dificuldades na escola inclusiva – 18

CONCLUSÃO 30

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 32

ÍNDICE 34

FOLHA DE AVALIAÇÃO 35

INTRODUÇÃO

Estamos vivendo uma nova fase da educação. E hoje, mais do que nunca, o portador de necessidade educativa especial (ou deficiência) tem finalmente a garantia do seu direito constitucional ao acesso à educação, saúde e moradia. Isto devido a várias leis e decretos-lei em favor à pessoas portadoras de deficiências como, por exemplo a lei 9394/96, LDBN, a lei 7853/89 ,política de integração da pessoa portadora de deficiência, a lei 10098/00, que estabelece normas gerais à acessibilidade das pessoas portadoras com deficiência ou com mobilidade reduzida, e outras leis, decretos , portarias que foram regulamentadas pelos governos federal, estaduais ou municipais nos últimos 20 anos em favor ao portador de deficiência.

Buscando uma educação voltada para todos, devemos levar em conta que o processo de ensino deva estar voltado para o aluno, onde o professor, conhecendo este, possa abranger no seu planejamento o atendimento do aluno dito ”normal”, tal como o aluno portador de necessidade educativa especial.

Considerando como inclusão o processo que considera o ensino para todos alunos, ditos normais ou não, o estudo irá basear-se, principalmente na inclusão escolar do deficiente visual, no caso ao criança cega, na escola regular e além disso, realizando atividades físicas e recreativas numa aula de educação física, junto com outros alunos que são vidente. Logo, o desafio está lançado: como ensinar uma criança cega a correr, pular, trepar, jogar bola, equilibrar-se? E mais: como fazer com que os alunos videntes percebam que este aluno cego é como um outro qualquer, só com um grande diferencial: não possui um sentido, que é a visão?

Pretendemos assim, realizar um estudo sobre a relação entre a Educação Física e a aprendizagem em crianças portadoras de necessidade educativas especiais, num contexto de inclusão. Como a Educação Física Escolar abrange desde a Educação Infantil ao Ensino Superior, e a Educação Especial está também inserida no sistema de ensino, o estudo irá se restringir

na relação do corpo do deficiente visual, mais precisamente o cego, e nos benefícios da prática da Educação Física com este portador de necessidade educativa especial em classes regulares. Isto incluirá a relação deste corpo com o seu deslocamento no espaço e sua lateralidade, além da sua imagem deste com o outro. Uma limitação encontrada foi a pouca literatura recorrente ao portador de baixa visão, ao contrário do que é encontrado sobre o cego.

Este trabalho está dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo faremos uma introdução de como a Educação Física poderia ser realizada na escola num modelo de inclusão. No 2º, iremos conhecer um pouco sobre os outros portadores de deficiência, como também o deficiente visual. Neste capítulo, colocaremos algumas dicas de como lidar com eles na escola, na sociedade e no dia-a-dia. No último, entraremos no estudo do desenvolvimento psicomotor do deficiente visual e como este deficiente visual é inserido numa escola inclusiva e suas dificuldades, estando esta junto com outros alunos videntes.

Para que este trabalho se mantenha atual será usual o termo “portador de necessidade educativa especial” (PNE’s) em detrimento ao termo “portador de deficiência”. Este termo surge em 1994, através da Conferencia Mundial de Educação Especial. Nesta conferencia produziu um documento, que mais tarde foi chamado de “Declaração de Salamanca”, que se refere a todas as pessoas cujas necessidades educacionais se originaram de deficiências ou dificuldades de aprendizagem.

CAPÍTULO I

UM PARADIGMA PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA: A INCLUSÃO

1.1 - UM BREVE HISTÓRICO:

Desde o início, a Educação Física foi estruturada para formar trabalhadores fortes e preparados fisicamente para a guerra e o trabalho, num enfoque militarista e higienista. Mas, e aqueles que possuíam os corpos mutilados, com dificuldade de locomoção? E aqueles indivíduos com algum tipo de deficiência como a mental, visual, auditiva, física ou com portador de alguma síndrome genética? Sempre, desde a antigüidade, os portador de necessidades especiais são deixados à margem da sociedade, sendo considerados seres incapacitados, apesar que esta concepção esteja mudando.

No Brasil, desde os primórdios da colonização o tratamento dado aos portador de necessidade educativa especial era feito da seguinte forma:

> *"...ou se abandonavam os deficientes às intempéries, por descrença nas suas possibilidades de desenvolvimento, por situações diversas de miséria, procedimento também usual com 'normais' indesejados, ou se recolhia nas Santas Casas, aqui existente desde o séc. XVI."* Januzzi (2004, pg. 11)

No século XIX, durante o período do segundo reinado, foi criado o Instituto Benjamin Constant (IBC), em 1854, e o Instituto Nacional de Educação para Surdos (INES), em 1857. Estas instituições, na época de sua criação,

junto com a Santas Casas, recebiam somente os adultos os portador de necessidade educativa especial, funcionando como internatos visando ações de alfabetização de adultos.

E a Educação Física e o esporte, num contexto de ensino regular, nas décadas de 30 e 40, até o início da década de 50, tinha um enfoque militar e da eugenia, sendo utilizada para a melhoria de uma raça, tendo a preocupação na formação de um corpo produtivo, forte e saudável. Isto é claramente observado no artigo 27, letra b do decreto-lei 21241/38, e no item 10 da portaria 13, de 16 de novembro de 1938, do Ministério da Educação e Saúde que estabelece: “ (...) a proibição de matrícula nos estabelecimentos de ensino secundário de alunos cujo o estado patológico os impeçam permanentemente da freqüência às aulas de Educação Física.” (Castellani Filho, 1998, pg. 08). Até aqui, o ensino para os portador de necessidade educativa especial será baseado naquilo que lhes faltava, ou seja, na lesão.

No final da Segunda Guerra Mundial, o olhar da sociedade em relação ao portador de necessidade educativa especial muda, uma vez que este não é mais considerado um estorvo para ela e nem para sua família. Aqueles soldados que lutaram na guerra e que ficaram com alguma seqüela, seja física ou mental, foram considerados heróis. A partir desse momento, a sociedade passou a respeitar estas pessoas, permitindo que participassem ativamente do meio social. Foi a partir deste momento que, através da disciplina de Educação Física, ocorreu uma maior preocupação com a realização de atividades físicas para deficientes. Estas atividades eram chamadas de Ginástica Médica, utilizando dois tipos de exercícios: os de correção e de prevenção de doenças.

Na década de 50, ocorreu o advento do esporte nos programas de Educação Física. Em paralelo, surgiu um movimento na Educação Física para a prática de atividades físicas e esportivas, voltado para os portadores de necessidades educativas especiais, através de adaptações na estrutura do esporte e criações de esportes novos, chamada de Educação Física Adaptada. Este termo surge na Inglaterra e nos Estados Unidos, com o objetivo de se buscar, através da prática desportiva, a normalização e, posteriormente, a

integração na sociedade do portador de necessidade especial. No Brasil, a preocupação com a atividade física e esportiva do PNE's ocorre em 1958, com a fundação, em São Paulo, do Clube do Paraplégico e no Rio de Janeiro, do Clube do Otimismo.

O esporte teve como enfoque, um meio de reabilitar o portador de necessidade educativa especial à comunidade, capaz de ser eficiente, pelo menos no esporte. (Costa, Souza, 2004).Este trabalho de reabilitação ainda existe nos dias de hoje. Só que não servirá somente aos portadores de deficiência, mas também a aqueles que estão a margem da sociedade, fazendo com o esporte sirva de caminho para ascensão social à aqueles em situação de risco social.

Diante este fato, a Educação Física, percebendo as diferenças e valorizando o potencial dos portadores de necessidades educativas especiais, cria jogos cujo o intuito era a busca da integração e inserção social, além de intercâmbio entre eles. Estes jogos foram realizados num hospital na cidade de Stoke Mandeville, Inglaterra, que logo se tornaram internacionais.

Assim, são criados os Jogos Paraolímpicos, com a denominação "Olimpíadas dos Portadores de Deficiência", realizada na cidade de Roma (Itália), logo após a XVI Olimpíada, se utilizando das mesmas instalações. O termo Parolímpico só começa a ser utilizado em 1964, durante os Jogos de Tóquio (Japão), com a fusão das palavras paraplegia e olímpico. As modalidades desportivas, como as individuais e coletivas, são basicamente as mesmas, com as adaptações necessárias para a prática dos portadores de necessidades educativas especiais. (Januzzi ,2004). Uma outra diferença é a criação de dois esportes: a Bocha, para pessoas com paralisia cerebral, e o Goalball, para deficientes visuais.

Atualmente, é um evento que ocorre logo após a realização das Olimpíadas, nos mesmos locais, porém com adaptações, como rampas de acesso a estádios, placas informativas escritas em Braile e outros. Isto é também uma exigência do Comitê Olímpico Internacional (COI) para a cidade que quiser se candidatar para realizar uma Olimpíada. Inovações tecnológicas também estão presentes nas Paraolímpíadas, visto que são criados

equipamentos visando melhorar a performance desses atletas, como uma espécie de teste final para ir para o mercado.

1.2- E A INCLUSÃO?

Na Educação Física Adaptada iremos observar que um dos princípios básicos é o da integração. Mas tal prática, não permitirá aos portadores de necessidades educativas especiais de se desenvolverem junto com outras pessoas consideradas “normais”. O objetivo é integrar socialmente, mas o caráter é segregacionista, porque acaba que nem todos os deficientes participam de desportos adaptados. Esta segregação aumenta ainda mais quando se trata de desporto de alto nível, como as Paraolimpíadas e outras competições que se exige um auto grau de excelência física e motora, tendo em mente as suas limitações e individualidades.

Além da integração, Rosadas (citado em Costa, Souza, 2004) destaca outros princípios como o da normalização e individualização. Para esses autores, o princípio de normalização se refere a criação de atividades que se assemelhassem o máximo possível das práticas realizadas pelas pessoas ditas “normais”. O princípio de individualização se refere a incrementar as potencialidades dos portadores de necessidades educativas especiais, não se esquecendo das suas limitações e dificuldades. Este princípio é confrontado com aquele que é preconizado pelo treinamento desportivo, que irá potencializar as potencialidades e minimiza as dificuldades, levando o sujeito ao desenvolvimento de suas habilidades técnico desportivas, respeitando a realidade individual e biológica de cada um.

Em relação a Educação Física escolar, podemos fazer a mesma relação, onde é apresentado uma concepção de corpo , no qual o portador de necessidade educativa especial, principalmente física, um aluno com algum excesso de peso e dificuldade de mobilidade, foge dos padrões

preestabelecidos mídia, que influencia a Educação Física. Visto que, até pouco tempo, facultava das aulas de Educação Física os portadores de necessidades educativas especiais, trabalhadores com carga horária superior à 6 horas de trabalho e os adultos maiores de 30 anos. Isto está prescrito no decreto-lei nº 69450/71, que regulariza o ensino de Educação Física em todos os níveis de ensino até hoje. Mas, temos avanços como na Lei de Diretrizes e Bases para Educação, de n. 9394/96 (LDB), que na sua essência, possibilita a transformação do sistema educacional brasileiro num sistema que reconheça e valorize a diversidade, favorecendo a todos aqueles envolvidos no processo. No PCN (Parâmetro Curricular Nacional) de Educação Física podemos encontrar a possibilidade de participação dos portadores de necessidades educativas especiais nas aulas de Educação Física:

> "*Garantidas as condições de segurança, o professor pode fazer adaptações, criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos especiais. Uma criança na cadeira de rodas pode participar de uma corrida se for empurrada por outra e, mesmo que não desenvolva os músculos ou aumente a capacidade cardiovascular, estará sentindo as emoções de uma corrida."* (MEC, 1997, pg. 40).

A Educação Física tem que existir para a escola não como aquela disciplina do currículo que só sirva para ser uma mera recreação, ou de excluir aqueles sem condições da sua prática ou para selecionar somente os melhores para uma prática esportiva, por exemplo. No paradigma da inclusão, a Educação Física deve, e pode, possibilitar a mesma oportunidade de sua prática à todos, seja os portadores de necessidades educativas especiais ou não. E o professor terá um papel fundamental, visto que ele deverá conciliar os interesses de todo o grupo.

Temos que tornar a escola um lugar agradável e o melhor caminho é através da convivência com o outro, respeitando a suas

individualidades e suas diferenças. Assim, podemos construir uma escola para todos.

CAPÍTULO II

Conhecendo um Portador de Necessidade Educativa Especial: o Deficiente Visual

2.1- O DEFICIENTE VISUAL NA ESCOLA INCLUSIVA:

Como toda criança, o portador de necessidades especiais, em especial o visual, tem o direito de se matricular primeiro numa escola regular, mas segundo a opinião de Soler (2000, pg. 45), " se no futuro houver necessidade de ir para o Ensino Especial, tudo bem, mas a 1ª opção deve ser sempre a oportunidade de conviver com todas as diferenças, tendo as mesmas oportunidades.".

O deficiente visual , no caso o cego, como qualquer ser humano, tem condições de freqüentar uma escola. Bem estimulado no seu desenvolvimento psicomotor e dando-lhe condições no tempo certo, qualquer deficiente poderá se desenvolver no tempo correto. No caso da criança, ela é igual a qualquer outra e também precisa de carinho, atenção, como todo mundo.

Por isso que, no paradigma da inclusão, o ensino regular e especial não devam ser separados, porque são modalidades integrantes do mesmo sistema de ensino. Assim, acredito que existindo turmas de educação Especial (como ocorre em várias escolas) deve haver uma maior integração com o ensino regular, para aí sim, incluir os portadores de necessidades educativas especiais em classes regulares de ensino.

Conceituando a Educação Especial:

> *"Por Educação especial, modalidade de educação escolar- conforme especificado na LDBEN e no recente decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999, artigo 24, parágrafo 1- entende-se por um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar, e em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos, que apresentam necessidades educacionais especiais em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino."*(parecer CNE/CEB nº 17, 2001)

2.2- ALGUMAS DICAS:

Aqui vai algumas sugestões práticas para lidar com Portadores de Necessidades Educativas Especiais em geral (Soler, 2000):

- ✓ Tratar o portador de Necessidade especial da mesma forma que trata qualquer pessoa;
- ✓ Nunca subestime o potencial de um portador de necessidade educativa especial, pois enquanto você pensa em suas limitações, ele está pensando em como superá-las;
- ✓ Converse com eles sobre assuntos interessantes e que não faça mal a ambas as partes;

- ✓ Elogie sempre que houver um motivo real para isso, evitando elogios desnecessários;
- ✓ Comunique-se sempre com ele, fazendo com que ele participe integralmente das atividades;
- ✓ Não demostre insegurança, aja naturalmente;
- ✓ Cobre muito de um portador de necessidade educativa especial, pois geralmente ele é pouco exigido pelas outras pessoas;
- ✓ Use os mesmos estímulos motores que você usaria com outra pessoa, sem esquecer dos fatores de segurança que cada deficiência possui;
- ✓ Comente sempre com o portador de necessidade educativa especial sobre os resultados que alcançou, para que possa corrigir eventuais falhas;
- ✓ Os portadores de necessidades educativas especiais não podem ser sentir inúteis e descompromissados com as coisas que o cercam.

Além destas dicas, devemos levar em conta para um melhor tratamento de um Deficiente Visual essas outras dicas: (retirado do site www.deficienciavisual.org.br, em 20/11/2004)

- ✓ Ofereça ajuda se um cego (a) pareça necessitar. Mas não o ajude sem que ele concorde;
- ✓ Para guiar um deficiente visual, ela deve segurar o seu braço, de preferência o cotovelo ou ombro;
- ✓ Ao sair de uma sala, informar ao cego(a). e desagradável para qualquer pessoa falar no vazio. Não evite palavras como “cego”,’ ”viu”, ou “olhe”, pois eles também as usam;
- ✓ Ao explicar as direções, seja o mais claro possível. Encontrando degraus ou qualquer outro obstáculo, vá orientando-o a superá-los;
- ✓ Uma pessoa cega é como você, só que não enxerga. Portanto, trate-o com o mesmo respeito com o que você trataria uma pessoa vidente;
- ✓ Converse com o cego com o tom de voz normal;
- ✓ Ao atravessar um cego numa rua, por exemplo, sempre o faça em linha reta, para que ele nunca perca a direção.

CAPÍTULO III

O cego e o seu desenvolvimento psicomotor e dificuldades na escola inclusiva

3.1- O DEFICIENTE VISUAL

Vários autores, como Soler (2005), Mosqueira (2000), Melo (2004), conceituaram o portador de deficiência visual como aquele indivíduo que, por algum motivo, sofre uma perda total ou parcial da visão, limitando o seu desenpenho normal. Este portador de necessidade educativa especial necessitará de recursos pedagógicos específicos como a escrita em braille, sorobã, a bengala e outros meios que auxiliaram na aprendizagem deste portador de necessidade educativa especial.

Podemos classificar os deficientes visuais em cegos e com baixa visão, também chamada de visão subnormal.. O indivíduo é considerado cego quando ocorre a ausência total da visão até o nível da perda da capacidade de indicar perda de projeção de luz. Já quando consideramos um indivíduo com baixa visão ou visão subnormal, é porque a sua visão tem uma condição que vai da capacidade de indicar projeção de luz até a redução da acuidade visual, grau que exigira ou não um atendimento especializado.

A deficiência visual pode ocorrer independente da idade, sexo, religião, crença, sexo, grupo étnico, raça, ancestrais, educação, cultura, posição social, condições de residência e outros fatores. Também ela pode ser congênita ou adquirida. É congênita, quando ele nasce já sem a sua acuidade visual, através de um processo de má formação ou por doenças, como por exemplo, a toxoplasmose, glaucoma, sífilis, meningite, e outras.. A deficiência visual é adquirida, quando o indivíduo adquire através de doenças ou acidentes.

3.2- O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR:

Todo recém nascido deve recebe todo o tipo de estímulo, seja visual, tátil, gustativo olfativo e auditivo. A criança irá, num primeiro momento, buscar todo tipo de contato com o meio em que a cerca. Isto acontece também com a criança com deficiência visual, no caso a cega, onde esta tem os mesmo direito de receber todos os estímulos necessários para o seu bom desenvolvimento psicomotor e social. A Visão é o principal sentido, pois com ele nós observamos o mundo que nos cerca e aprendemos, através da imitação de gestos e atitudes. Apesar de não ter este sentido, a criança cega dotará de outros meios para se interagir com o mundo que o cerca.

> "*Quanto menos a criança cega interage fisicamente com o ambiente, menos ela experimenta situações de aprendizagem, menos oportunidades ela tem de formar conceitos básicos, menos ela vai relaciona-se com o ambiente e com as pessoas e mais se fecha dentro do "SEU MUNDO" particular e restrito , pela falta de informações visuais."* (Conde, 1981, pg. 02)

Podemos considerar que a visão é o primeiro e o mais importante meio de comunicação interpessoal (Fonseca, 1998). Segundo este autor, a visão assume um papel fundamental no sistema de vigilância, atenção, alerta e prontidão, onde mais que outro sentido, exigirá o mínimo de barulho e motricidade. A visão é o mais complexos dos sentidos, resultando uma

hierarquia funcional composta pelos seguintes sistemas de aprendizagem: antigravitacional, relacionado a postura e ao sistema vestibular (audição); corporal, ligado a lateralidade e a direção; somatognóstico, referindo-se a identificação do corpo, conhecimento de cores, objetos, etc. e lingüísticos, ligado a comunicação verbal e não verbal.

A criança cega, sem o seu principal sentido, o da visão, deverá se utilizar dos outros sentidos remanescentes para distinguir diferenças e fatos entre os objetos, construindo desta forma, uma representação mental. Esta representação seguirá os mesmos passos cognitivos das outras pessoas, como também traduzindo o conhecimento que vai tendo com o mundo a sua volta.

> *"O cego necessita tocar nas coisas, nos objetos, para melhor entendê-los ou defini-los. Essas sensações do tato é que vão representar as verdadeiras respostas. Em outros momentos ,são utilizados outros sentidos."* (Mosqueira, 2004, pg. 34)

As potencialidades do tato, olfato, auditivas e motoras se apresentam intactas no deficiente visual. (Monteiro, 2004). Porém, seja ela cega ou com baixa visão, haverá a necessidade em despertar e trabalhar com os outros sentidos, como o olfato, paladar e audição, a fim de que se evite defasagens no comportamento cognitivo e psicomotor dessas crianças, se comparada com outra sem deficiência e com a mesma idade. Além disso, a falta de visão impossibilitará a imitação, não estabelecendo modelos para a sua aprendizagem, restringindo ainda mais o seu aprendizado.

Segundo Conde (1981), a criança cega apresenta, com freqüência algumas defasagens, comparando-a com uma criança vidente, tais como: equilíbrio falho, mobilidade prejudicada, esquema corporal e cinestésico não internalizados, locomoção dependente, postura defeituosa, expressão corporal e facial muito raras, coordenação motora bastante prejudicada, lateralidade e direcionamento não estabelecidos, inibição voluntária não

controlada, falta de resistência física, tônus muscular inadequado e falta de iniciativa para ações motoras. Isto ocorre em decorrência de uma má adaptação sensório-motora, provocando algumas incapacidades hipercinétias, como a paratonia, que é a incapacidade de relaxamento da musculatura (Melo, 2004).

Para que ocorra um bom desenvolvimento psicomotor, qualquer criança deve ter a noção da sua lateralidade, conhecimento do seu corpo e a sua orientação no espaço e no tempo devem estar bem estabelecidas. No entanto, a criança que enxerga se utiliza da visão para minimizar suas possíveis dificuldades em relação a orientação e mobilidade, por exemplo. Isto não é possível para a criança cega.

Deve haver, também , uma estimulação nos receptores nervosos encontrados nos músculos e articulações. Estes receptores nervosos possibilitam a propriocepção da criança, que nada mais é do que a noção de deslocamento do qualquer seguimento corporal, ou seja, na criança cega ela irá saber em que posição da sua mão, cabeça, membros inferiores, por exemplo, no espaço.

Levando em consideração que criança é criança , seja deficiente ou não, e que deva ter as mesmas oportunidades de se desenvolver integralmente nos aspectos psicomotores, afetivos, cognitivos e sociais, conceituaremos, a seguir, algumas áreas psicomotoras importantes para o desenvolvimento do cego.

3.2.1- ESQUEMA E IMAGEM CORPORAL:

Podemos conceituar o esquema corporal como a “representação que cada pessoa tem de seu corpo, permitindo-lhe situar-se na realidade que o cerca. Esta representação forma-se a partir de dados sensoriais múltiplos proprioceptivos, exterioceptivos, e interceptivos.” (Alves, 2003, pg. 50).

Segundo a mesma autora, o conceito de esquema corporal se solidifica a partir da idade de 7 anos completos. Até esta idade, a criança passar por uma fase de corpo vivido, que é a fase de experimentação através da exploração do meio. Passa pela fase do corpo percebido ou descoberto, onde a criança chega ao momento de representação mental das partes do corpo e sua situação no espaço, mais ainda encontra-se centrado no seu próprio corpo (egocentrismo). Ao chegar na fase de corpo representado, ocorrerá a descentralização do corpo, onde este não será mais visto como referência, mais a criança vai possuir uma imagem mental do seu corpo em movimento.

A partir deste momento, ocorre uma conscientização de cada segmento do corpo, que se realiza internamente, sentindo uma parte ou externamente, vendo cada segmento corporal como por exemplo, num espelho, em uma outra criança ou em uma figura. A isto, dá-se o nome de imagem corporal, que é a conceituação dos segmentos corporais no corpo do outro em relação a si mesmo, ou seja, “diz respeito aos sentimentos do indivíduo em relação a estrutura de sue corpo, como a bilateralidade, lateralidade, dinâmica e equilíbrio corporal.” (Alves, 2003, pg. 53). Com a criança cega, esta conscientização do seu corpo acontece um pouco mais de dificuldade, pois ela necessitará de outros sentidos, como o tato, paladar, olfato e audição.

Assim, para chegar a uma movimentação perfeita de um segmento do nosso corpo, será necessário que tenha sido exercitado anteriormente como um todo, para poder dissociar aos poucos, dos pequenos movimentos. Movimentos globais, que movimentam o corpo inteiro, e instintivamente naturais, como andar, correr, quadrupediar, rolar, engatinhar, devem ser priorizados em detrimento àqueles que exijam movimentos específicos como, nadar, dar cambalhota, andar em ziguezague. Para Monteiro (2004),a criança não ficará limitada a livre expressão dos seus movimentos corporais, mas usará seu corpo da sua maneira para experimentar o mundo ao seu redor.

Já a criança que adquire a deficiência visual e dependendo da idade, pode ter uma certa noção do seu esquema corporal e internalizado a sua imagem. Coisa que a criança cega terá uma maior dificuldade na conscientização corporal, mas com estímulos adequados ,ela adquirir este conhecimento. Para que ocorra este trabalho, chamado de estimulação precoce, haverá a necessidade da ajuda da família porque, este será realizado praticamente a vida inteira deste deficiente, com a ajuda de terapeutas especializados ou da própria família. Sem o devido esclarecimento, o próprio desenvolvimento motor da criança cega ou com visão subnormal será por demais prejudicado. Assim, se tiver sorte de nascer numa família que naturalmente promove este tipo de trabalho, é possível que não apresente qualquer defasagem significativa, em relação a criança vidente. Ou ainda, no caso de crianças que adquirem durante a vida ou nascem cegas, poderão por si e instintivamente sós criarem estratégias para minimizar as dificuldades para se locomoverem no espaço.

3.2.2- TÔNUS MUSCULAR:

O tônus muscular está diretamente envolvido na questão da postura e na formação do esquema corporal. Isto irá se refletir na forma de se locomover e situar o corpo no espaço. Portanto, o tônus é “uma tensão dos músculos, pela qual as posições relativas das diversas partes do corpo são corretamente mantidas e que se opõe às modificações passivas dessas posições.” (Mello, 2002, pg. 38).

Em condições normais, a musculatura esquelética possui uma certa contração permanente, que é o controlada pelos centros nervosos localizados nos músculos estriados e pelo cérebro. O estado tônico de uma musculatura é verificado através da mobilização de um segmento corporal, que pode possuir uma grande resistência ao realizar um movimento, a hipertonia,

uma pequena resistência, a hipotonia, e possuir uma resistência muscular normal, no caso, o tônus muscular normal.

Este é um aspecto imprescindível na realização de qualquer trabalho com um portador de necessidade educativa especial, como no nosso caso, a criança cega. Ela deve ser estimulada a realizar atividades onde vá utilizar o equilíbrio dinâmico e estático, que ajuda a reforçar o controle da tonicidade muscular. Este portador de necessidade educativa especial já apresenta um certo comportamento paratônico, que segundo Fonseca, 1993 (citado em Melo, 2004, pg. 120) é a "incapacidade de relaxar voluntariamente a musculatura.". Ele também assumirá atitudes posturais que muitas vezes refletem na imobilidade a qual foi submetido, em decorrência da deficiência em questão Muitas vezes, também, provoca um encurtamento muscular e atitudes hipertônicas. Muito comum observar que os cegos, principalmente, tem os joelhos um pouco fletidos ao se deslocarem, reflexo da imobilidade e do tempo que muitos permanecem sentados.

Tarefas como andar com as pontas dos pés, ficar em pé com um apoio, andar sobre um banco sueco (com a devida segurança), pular determinada distancia com os dois pés, e em seguida, com apenas um, são alguns exemplos que o professor de Educação Física na escola inclusiva pode realizar para estimular o controle do tônus muscular de um deficiente visual, cego ou com visão subnormal.

3.2.3- EQUILÍBRIO:

Como vimos anteriormente, para se ter um bom equilíbrio corporal, é necessário que tenha o tônus muscular bem trabalhado. O trabalho do equilíbrio proporciona a melhoria da locomoção, que nada mais é fases onde ocorre vários desequilíbrio.

> *"Para manter nosso equilíbrio, mesmo em movimento, é necessário que a linha de gravidade (invisível) caia sempre no meio da nossa base de sustentação, que são os pés. Quando estamos em movimento, nosso centro de gravidade irá se deslocar para a frente e a alternativa mecânica, para não cairmos, é dar um passo a frente." (Mosqueira, 2000, pg. 43)*

Podemos classificar o equilíbrio em dinâmico e estático. O equilíbrio estático é quando não estamos em movimento mas buscamos nos equilibrar para não cair, como por exemplo, ao imitar um avião, utilizamos somente de um apoio dos pés no chão. Já o equilíbrio dinâmico é quando realizamos em movimento buscamos o equilíbrio em um ou dois apoios, como por exemplo, um arremesso a gol no jogo de handebol, andar em cima de uma trave de equilíbrio, etc.

A visão terá, assim, papel essencial no jogo de busca do equilíbrio, porque é através deste sentido que podemos corrigir algum desequilíbrio, corrigindo a postura corporal. Devido a falta do sentido da visão, o cego terá muita dificuldade em manter-se equilibrado corporalmente. Logo, ele terá que ajustar os outros sentidos, como a audição, através da aparelho vestibular, do olfato, tato e paladar, e também, da propriocepção e do cerebelo. (Ibem, 2000).

O aparelho vestibular, que trata do sentido da audição, irá informar a orientação da cabeça para o cérebro. Esta informação é passada através de um líquido chamado de endolinfa, que se encontra no interior dos Canais Semicirculares. Estes são responsáveis diretos na ativação do equilíbrio. Já o cerebelo é responsável pelo controle, planejamento e ajustamento de nossos movimentos. Sem este auto-regulador, não haveria como realizar uma atividade física. Segundo Mosqueira (2000, pg. 45), "os cegos reconhecem a movimentação de seus membros no espaço, e também utilizam a coordenação fina com maior precisão." São poucos cegos que se movimentam harmoniosamente.

Para o exercício do equilíbrio, deve-se também estimular a coordenação motora global do cego ou com visão subnormal, executando atividades como andar, trepar, correr, saltar, girar, etc. Alves (2003, pg. 60) comenta que " o equilíbrio é a base primordial de toda coordenação global, assim como toda ação diferenciada dos membros superiores".

3.2.4- ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE NO ESPAÇO:

A orientação e mobilidade no espaço se caracteriza por possibilitar ao cego movimentar-se livremente, seja em espaços da sua vida cotidiana, como em sua residência, na casa de vizinhos, no quarteirão do bairro, ou em lugares distantes de sua moradia. (Melo, 2004). Não bastará ter vontade e capacidade aguçada de se mover livremente. É fundamental que o cego tenha habilidade para se orientar, caracterizando assim um contexto de desempenho.

Para que o cego tenha este desempenho ao se deslocar no espaço, primeiro ele deve perceber a posição de seu corpo no espaço. Em seguida, deve perceber a posição de objetos em relação a si próprio e, por fim, aprende a notar as posições e relações dos objetos consigo. Isto será possível através de um bom trabalho sobre a coordenação motora global realizado anteriormente, em conjunto com exercícios de equilíbrio e sobre o controle do tônus muscular.

O cego ao tentar sair sozinho, sem o apoio de ninguém, elabora um processo básico, que segundo Mosqueira (2000), é formado por duas etapas: formação e execução de planos. Na formação, o cego deve encontrar uma solução adequada para um problema concreto, que é o trajeto a ser seguido, por exemplo. Na execução deste plano, este deficiente visual se utiliza da sua representação interna ou externa, para se tomar as decisões corretas.

Podemos perceber que nem nos dias de hoje, os cegos são estimulados a terem uma maior independência e poder de decisão. Eles são mais vulneráveis a qualquer acidente, que os obriga a estarem mais tempo solicitando ajuda, além da demora na execução de percursos relativamente fáceis. Segundo Melo (2004, pg. 124),

> *"o trabalho de Educação Física com deficientes visuais tem muito a contribuir neste sentido, centrado em duas frentes de ação: primeiro, estimular os sentidos remanescentes e em segundo, desenvolver aspectos que contribuam para a orientação e a mobilidade, pois os aspectos motores que são exigidos nesse processo são os mesmos que integram o desenvolvimento da consciência do corpo."*

Numa primeira fase para o processo de aprendizagem da locomoção independente do cego, este será auxiliado por um guia vidente. Na segunda fase, de locomoção em ambiente internos, envolverá a aprendizagem das técnicas de proteção e de orientação. Passando para a fase de locomoção em ambientes externos, será exigido ao cego a elaboração de quadros mentais para as referências, que dependerá de elementos perceptos-motores para sua estruturação e que devem ser estimulados na aula de Educação Física. Assim, é necessário que, para ensinar um deficiente visual a se locomover sozinho, seja cego ou com visão subnormal, devemos levar em conta a sua experiência anterior, seja este criança, adolescente ou adulto.

Na fase de treinamento, deve-se procurar desafios para que o cego tenha sucesso no treinamento da mobilidade e orientação, tais como, terrenos diferenciados como aclives, declives, degraus, rampas, aromas, etc. Portanto, a busca de alternativas será fundamental, pois ajuda na elaboração de percursos e pré-percursos a serem executados.

3.2.5- LATERALIDADE:

O exercício da lateralidade é feita através de exercícios que utilizem a mudança de direções, como frente/trás, direita/esquerda, em cima/embaixo, etc. É também essencial para o cego, no trabalho de orientação e mobilidade, pois sem este conceito bem internalizado, fica impossível a localização de pontos de referência no espaço. Assim, Mello (2004, pg. 39), baseado em Coste (1981)e Sabóia (1984), define a lateralidade como sendo "a capacidade de vivenciar as noções de direita e esquerda sobre o mundo exterior independente da sua capacidade física."

O conceito de lateralidade difere-se com o de dominância lateral, que é o predomínio de um lado do nosso corpo sobre o outro. Estes dois conceitos servem, geralmente, para designar se o indivíduo é destro, canhoto ou sinistro ou ambidestro. O indivíduo será considerado destro quando ele utiliza, com mais freqüência, o lado direito do corpo. Quando consideramos alguém como canhoto, é porque o indivíduo utiliza o lado esquerdo do corpo. Já no caso da pessoa ambidestra, este utiliza de cada membro ou órgãos do corpo de cada vez, localizados nós lados direito e esquerdo. É também chamada de lateralidade cruzada, como por exemplo, quando se usa da mão direita e do olho esquerdo.

A utilização ou o uso preferencial de um dos lados do corpo não é tão estabelecida em crianças com cegueira congênita (Monteiro, 2004). Não foi encontrado trabalho semelhante com crianças com visão subnormal, mas acredito que possa existir esta mesma dificuldade. Para tanto, é necessário o trabalho da estimulação adequada das habilidades motoras, além da lateralidade em crianças com deficiência visual.

Quando a criança cega internalizada o conceito direita e esquerda, imediatamente este saber irá beneficiá-la, porque ao sair de uma

sala, por exemplo, o professor já lhe orientará, indicando se porta de saída é a direita ou à esquerda. Assim, se a criança cega percebe que trabalha naturalmente com os lados direito ou esquerdo, esta criança guardará sem dificuldade se aquela mão é a direita ou a esquerda ou se aquele pé é o direito ou esquerdo (Alves, 2003). Também, da mesma forma, se a criança está insegura, pode confundir facilmente estes conceitos.

A lateralidade demonstra-se como um fator essencial para a aquisição da postura, do equilíbrio e da estabilidade, em relação à linha vertical da gravidade, que dividirá o corpo em lado direito e esquerdo. A criança cega deve experimentar e explorar quantos objetos desejar e até seu próprio corpo, além do espaço que a cerca, utilizando ambos os lados do corpo. Isto favorecerá no pleno desenvolvimento na eficiência dos movimentos.

Portanto, podemos concluir que a lateralidade é fundamental, pois se a criança, cega ou não, não está consciente de sua lateralidade, ela terá muitas dificuldades em projetar no espaço exterior um dos lados do sua corpo.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho não é encerrar a discussão sobre a questão da inclusão na aulas de Educação Física nas escolas dos portadores de necessidade especial, em especial o deficiente visual, e sim, ampliar. Isto porque, como eles também são cidadãos e tem direito à educação, garantida pela constituição federal de 1988 e pela LDB (lei de diretrizes e bases da Educação), de 1996.

Como vimos, para se realizar a inclusão de portadores de necessidade educativa especial não é somente colocá-lo numa classe regular. Na inclusão, o portador de necessidade educativa especial não irá adaptar-se a escola, e sim, a escola lhe trará condições pedagógicas e estruturais para que ele a freqüente. Infelizmente , nossa sociedade é muito excludente. Assim, para que a inclusão se concretize numa escola, deve haver uma conscientização bem ampla com as outras crianças, a famílias destas, e também, o conhecimento da deficiência daquela criança a ser incluída na escola, no caso, a criança cega.

Realizar a inclusão na escola, o corpo docente, funcionários administrativos devem estar preparados receberem o portador de necessidade educativa especial. A escola deve perceber a diversidade e as diferenças que tem cada aluno e parar de achar que os portadores de necessidades educativas especiais, em especial os cegos, são os “incapacitados”, os “coitadinhos” e que “devem ser aprovados para que pelo menos tenham um diploma”. Todos temos uma eficiência, ou utilizando um termo de Francisco Maturana, uma outreficiencia.

Temos agora um grande desafio: tornar a escola mais humana. E esta não é difícil de acontecer, visto que devemos favorecer a troca de conhecimentos entre os alunos, facilitando a sua aprendizagem. E isto só se dará através da grande diversidade histórico-cultural que existe. Não temos um aluno único, e sim, cada um com sua dificuldade e sua história da vida. Somente com essa troca que construiremos uma sociedade que respeite a diferença, buscando a conquista da paz tão desejada.

Para finalizar, deixo aqui uma frase da professora Maria Elisa Caputo Ferreira: “a inclusão não é uma missão impossível: é, isto sim, desafio superável. É uma questão de pensar e de querer.” (Ribeiro, Baumel (orgs.), 2004, pg. 130).

O que falta para colocarmos a inclusão efetivamente em prática?

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Filho, Lino Castellani. Política Educacional e Educação Física. Campinas: Editora Autores Associados (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo), 1998.

Fonseca, Vítor. Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Reily, Lúcia. Escola Inclusiva: linguagem e mediação. Série Educação Especial. Campinas: Papirus Editora, 2004.

Mello, Alexandre Moraes de. Psicomotricidade, Educação Física e Jogos Infantis. São Paulo: Editora Ibrasa, 2002.

Mosqueira, Carlos. Educação Física para deficientes visuais. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 2000.

Alves, Fátima. Psicomotricidade: corpo, ação e emoção. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2003.

Jannuzzi, Gilberta. Algumas concepções de educação do deficiente. In: Revista Brasileira de Ciência do Esporte. Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

Costa, Alberto Martins, Souza, Sônia Bertoni. Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. In: Revista Brasileira de Ciência do Esporte. Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

Melo, José Ferreira de. O ensino de educação física para deficientes visuais. In: Revista Brasileira de Ciência do Esporte. Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

Ferreira, Maria Elisa Caputo. Aspectos de interveção na área de educação física escolar. In: Ribeiro, Maria Luisa Sprovieri, Baumel, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (orgs.). Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp editora, 2003.

Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/ CEB n.º. 17, de 3 de julho de 2001. In: Ribeiro, Maria Luisa Sprovieri, Baumel, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (orgs). Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp editora, 2003.

Monteiro, Lúcia Maria Filgueiras da Silva. A importância das atividades Corporais no processo de alfabetização da criança cega. In: Revista do Instituto Benjamin Constant. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2004.

Secretaria de Educação Fundamental, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1997.

Conde, Menescal. Atividade física adaptadas ao deficiente visual. www.entreamigos.com.br. 1-2, 2004

Sassaki, Romeu Kazumi. Terminologias sobre deficiência na era da inclusão. www.agenda.saci.org.br. 1-18, 2004

www.deficientevisual.org.br. Como tratar deficientes visuais corretamente. 1-12, 2004.

ÍNDICE

FOLHA DE ROSTO 2
AGRADECIMENTO 3
DEDICATÓRIA 4
RESUMO 5
METODOLOGIA 6
SUMÁRIO 7
INTRODUÇÃO 8
CAPÍTULO I
Um paradigma na Educação Física: a Inclusão. 10
1.1 – Um breve histórico 10
1.2 – E a inclusão? 13
CAPÍTULO II.
Conhecendo um Portador de Necessidade Educativa Especial: o deficiente visual 15
2.1 – O deficiente visual 15
2.2 – Algumas dicas 16
CAPÍTULO III.
O deficiente visual e o seu desenvolvimento psicomotor e dificuldades na escola inclusiva 18
3.1 – O deficiente visual 18
3.2 – O desenvolvimento psicomotor 19
3.2.1 – Esquema e Imagem Corporal 21
3.2.2 – Tônus muscular 23
3.2.3 – Equilíbrio 24
3.2.4 – Orientação e mobilidade 26
3.2.5 – Lateralidade 28
CONCLUSÃO 30
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 32
ÍNDICE 34

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome da Instituição:

Título da Monografia:

Autor:

Data da entrega:

Avaliado por: **Conceito:**